



## **PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Registro: 2014.0000445521

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0003653-24.2010.8.26.0272, da Comarca de Itapira, em que é apelante IZAIAS BAREL JÚNIOR (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados SILVANA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), ADRIAN LEONARDO DA COSTA BARBOSA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e ARIADNE LOHANA COSTA BARBOSA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)).

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RUY COPPOLA (Presidente) e CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA.

São Paulo, 31 de julho de 2014.

**Kioitsi Chicuta**  
**RELATOR**  
ASSINATURA ELETRÔNICA



## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**COMARCA: Itapira – 1ª V. Cível – Juíza Carla Kaari**

**APTE. : Izaias Barel Júnior**

**APDOS. : Silvana Costa e outros**

### VOTO Nº 27.613

***EMENTA: Responsabilidade civil. Danos decorrentes de acidente de trânsito. Ação julgada parcialmente procedente. Motorista de caminhão que dá sinal de seta e faz conversão à esquerda para ingressar em outra via pública. Colisão contra motociclista que vinha na mesma mão de direção e pela esquerda. Indícios de culpa da própria vítima. Prova insuficiente para reconhecimento de responsabilidade da réu. Indenização indevida. Inversão do julgado. Recurso provido.***

*Os subsídios existentes são insuficientes para demonstração de culpa do motorista do caminhão, havendo, ao contrário, indícios de culpa do motociclista, o qual, no momento em que o réu efetuava manobra de conversão à esquerda, não conseguiu evitar o acidente, uma vez que a vítima vinha na mesma mão de direção do veículo maior, mas trafegando pela esquerda do caminhão. Ou seja, o réu estava parando, com o sinal de seta ligado para a conversão, e não era exigível que pudesse prever a ultrapassagem proibida, tanto assim que, consoante anotado pelo Ministério Público, o artigo 29, inciso IX, do Código de Trânsito Brasileiro dizendo que a ultrapassagem deve ser feita pela esquerda, “exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda”. A falta de habilitação não constitui fator essencial para reconhecimento da responsabilidade civil, mas por certo a carência de prévia instrução adequada da vítima se mostrou perniciosa para o resultado do sinistro.*

Trata-se de recurso interposto contra r. sentença que julgou procedente parcialmente ação indenizatória, condenando o requerido ao pagamento de pensão mensal, correspondente a 2/3 do salário mensal recebido pelo falecido, até a data em que o falecido completaria 65 anos de idade, cessando para a viúva com novo casamento ou união estável e, para os filhos, até que eles completem 25 anos de idade;



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

além de R\$30.000,00 para cada requerente, com juros de mora a partir da citação e correção monetária desde a sentença (Súmula 362 do STJ). Diante da sucumbência mínima dos autores, condenou o réu, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor atualizado da condenação.

Sustenta o réu apelante que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, afirmando que a única testemunha presencial do acidente disse que a motocicleta transitava à esquerda do caminhão, ao lado deste e perto de sua roda traseira, não guardando a distância lateral de segurança (art. 29, incisos II, IX e XI, alínea “b”, do Código de Trânsito Brasileiro), acrescentando, inclusive, que o falecido imprimia velocidade excessiva e não observou que o apelante acionou a seta para fazer a conversão à esquerda. Não fizeram os apelados mínima prova da culpa do requerido. Busca reforma da r. sentença.

Processado o recurso sem preparo (apelante beneficiário da assistência judiciária) e com contrarrazões, os autos restaram encaminhados a este C. Tribunal.

A Douta Procuradoria Geral de Justiça, por derradeiro, opina pelo provimento do recurso.

#### **É o resumo do essencial.**

Razão assiste ao apelante e à douta Procuradoria Geral de Justiça. Com devido respeito ao convencimento da douta Magistrada, não há como acolher o pedido inicial com os elementos acostados.

Como anotado no parecer do Ministério Público, “a dinâmica do acidente é incontroversa, por quanto os veículos conduzidos pelo apelante e pela vítima



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

trafegavam na mesma mão de direção. Em dado momento, o apelante, condutor do caminhão, sinalizou sua conversão à esquerda, no momento que colheu a trajetória da motocicleta que se colocava à esquerda. Ora, diz o art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro, que 'a ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas neste Código, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda'. Assim, segundo a regra de trânsito, o condutor da motocicleta deveria ter observado a sinalização do outro veículo e se mantido à direita, a fim de evitar a colisão, do que exsurge sua conduta imprudente afastando a responsabilidade do apelante” (fls. 222/223).

Nada existe que possa demonstrar culpa do motorista do caminhão, havendo, ao contrário, indícios de culpa do motociclista, o qual, no momento em que o apelante efetuava manobra de conversão à esquerda, não conseguiu evitar o acidente, uma vez que vinha na mesma mão direção do veículo maior, trafegando pela esquerda do caminhão, tentando ultrapassá-lo. É incontroverso que a vítima não tinha habilitação para conduzir veículos e, embora não constitua fundamento para reconhecimento da responsabilidade civil, bem se vê que o desconhecimento das regras de trânsito, ensinadas em autos-escolas, se revelou pernicioso na condução de motocicleta, tanto assim que se colocou, ainda que de forma não consciente, em situação de extremo perigo, culminando com sua morte.

A ultrapassagem é um dos fatores de maior incidência nos acidentes de trânsito e, indicada com antecedência, através de luz indicadora de direção, a manobra que o motorista buscava imprimir ao seu veículo, cumpre àquele que o segue desviar para a direita.

Assim, a convicção que se extrai é que o acidente restou causado pela própria vítima, na sua ultrapassagem do veículo maior que seguia à frente e pelo



## **PODER JUDICIÁRIO**

### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

lado esquerdo, tanto assim que ocorrida a colisão na manobra de conversão à esquerda. O réu estava parando, com o sinal de seta ligado para a conversão à esquerda, e não era exigível que ele pudesse prever a ultrapassagem proibida.

Com tais ingredientes, a ação deve ser julgada improcedente, condenados os autores ao pagamento das custas e honorários de advogado arbitrados em R\$ 1.000,00, observando-se o disposto na Lei 1.060/50.

**Isto posto, dá-se provimento ao recurso.**

**KIOITSI CHICUTA**  
**Relator**